



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesse: www.direitosdacrianca.gov.br



PAUTA DA 270ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
19 a 22 de março de 2018

19/03

14h30 às 18h - **Reunião da Mesa Diretora**

20/03

10h às 16h - **Reunião dos Grupos temáticos**

16h30 às 18h30 - **Reunião da Comissão organizadora da XI CNDCA**

21/03

9h às 12h - **REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Local: Plenária – 10º andar

Comissão de Políticas Públicas – CPP

Local: Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH

Comissão de Orçamento e Finanças – COF

Local: Sala de Reuniões da SNPD, 8º andar, MDH

Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP

Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar MDH

12h às 14h – **Intervalo para o almoço**

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h às 14h30 – **Abertura da 270ª Assembleia, aprovação da pauta e informes**

Homenagens:

1. Vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes
2. Wanderlino Nogueira Neto

3. Dia Internacional da Síndrome de Down
4. Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e 15 anos da SEPPIR

14h30 às 16h - **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP**

16h às 17h30 – **Apresentação da Pós-graduação da Escola Nacional de Socioeducação – Professor Bernardo (Universidade de Brasília)**

Projeto de Lei n 3.734/2012 – Relator Alberto Fraga – DEM/DF

17h30 – **Encerramento da assembleia.**

22/03

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h15 às 10h30 - **Relatoria da Comissão de Políticas Públicas – CPP**

10h30 às 12h - **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

12h às 14h – **Intervalo para o almoço**

14h às 15h20 **Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

- **Aprovação da resolução que trata da alteração do período de realização das conferências livres.**

15h20 às 16h20 – **Reunião com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz.**

16h30 às 18h – **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças – COF**

18h – **Encerramento da 270ª Assembleia Ordinária do CONANDA.**

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Avelina Neta - Secretária da Previdência do Ministério da Fazenda

Deuzinea Nogueira da Silva – Ministério do Trabalho e Emprego.

Mariana Carvalho – Casa Civil

Berenice Maria Giannella -Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sociedade Civil:

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguã - CCIAO

Lucimara Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali

Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES

Regina Leao - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Maria Jose B Santos - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Luiz Barcelos – Ministério da Saúde

Ângelo Couto – Casa Civil

Thiago Stein - Ministério da Fazenda

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Manoel Torquato Carvalho de Souza – Associação Nacional de Crianças Não e de Rua.

Joao Batista - Movimento Nacional de Menino e Meninas de Rua - MNMMR

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda//MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Mirian Santos – Salesiano

Elisa Costa – CNAS/AMSK

Beatriz Barbosa - Inter vozes/CNDH

Manoel Prado Jr. - CNDH

João Luiz Botega – MPSC/COPEIJ

Lídia Rodrigues – ECPAT Brasil

Flavio Debique – Plan Internacional

Lucas Pinheiro – SECON/MDH

Douglas Soares – ISBET

Ana Claudia Junqueira – AASP Brasil

Willian - SECON/MDH

Publis Rocha – COPEIJ

Helio Catro

Rafael – CFP

Debora Reis – Cedca Parana

1. Abertura, aprovação da pauta da 270ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 270ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes, segue dando ciência dos informativos disponíveis, como os ofícios encaminhados, apresenta algumas adequações da pauta como a substituição do representante para o grupo de trabalho de povos e comunidades tradicionais, a relatoria da comissão organizadora as conferência ficara para o dia seguinte, em seguida abre consulta para saber se há sugestões de alterações ou modificação de ordem, não houve a pauta e aprovada. O conselheiro Edmundo faz menção da reunião do Fórum DCA logo após o termino da assembleia.

Informes: O presidente do conselho da continuidade apresentando os informes das atividades externas dos conselheiros, das caravanas, quadro de pagamentos referente ao edital 01/2017. Agradece a presença do Dr. Publius, promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional e Juventude da COPEG e Lucas e Willian assessores da Secretaria Executiva dos Conselhos do Ministério dos Direitos Humanos. Com a palavra a vice presidente do Conanda a secretaria Berenice, deseja uma boa tarde a todos e menciona o envio da nota técnica sobre a ação civil pública do Ministério Público Federal com relação aos recursos do fundo e de acordo com a orientação AGU, nada muda por enquanto e será realizado uma audiência para discutir o assunto. Ela justifica que esteve ausente na semana anterior devido ao curso a convite do núcleo de ciência sobre a primeira infância nos Estados Unidos na Universidade de Harvard e posteriormente irá apresentar o relatório da viagem, deseja boas vindas a todos e retorna ao presidente dar continuidade a assembleia.

O presidente do conselho propõem fazer algumas homenagens e pergunta se há acordo do pleno, com todos de acordo segue as homenagens:

1. Vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes
2. Wanderlino Nogueira Neto
3. Dia Internacional da Síndrome de Down

4. Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e 15 anos da SEPPIR.

O conselheiro Edmundo menciona a homenagem que fizeram para o Wanderlino Nogueira Neto nas caravanas que ocorreu na Bahia com a presença de seus familiares. O presidente do conselho menciona que nas caravanas da Bahia estiveram presentes além dele os conselheiros Edmundo, Renato, Ana Beatriz, Glicia, Romero e Maria Jose e o pessoal da Flasco que tem desenvolvido excelente trabalho. A ex-conselheira Miriam menciona a homenagem ao conselheiro Wanderlino Nogueira e relembra a trajetória dele na luta pelos direitos das crianças e adolescentes e que ele foi praticamente o pai do SGD na construção da resolução 116 ele deu todo apoio e foi secretário executivo e conselheiro desse conselho e uma grande perda para a infância e adolescência.

2. Relato das comissões:

a. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador:
Relatoria: Jimena

1. Minuta de resolução sobre a situação dos direitos de criança com suas mães em situação prisional

A conselheira Jimena inicia a relatoria da comissão, com a pauta da minuta de resolução sobre a situação dos direitos de criança com suas mães em situação prisional, em discursão a comissão trouxe o encaminhamento de encaminhar para os conselheiros com prazo para contribuições de 10 dias depois passar pela análise jurídica e trazer para esse plenário na próxima assembleia. O professor Marquinhos sugere que o prazo seja de 5 dias devido ao tempo que se leva para análise jurídica, o conselheiro Joao relata que esse tema precisa ser amadurecido e se faz necessário um tempo maior. Com a palavra o Dr. Publius agradece a oportunidade e coloca o COPEJI a disposição para contribuir caso seja aberto a consulta pública. Após alguns debates chegam a concordância de que a comissão irá consolidar o texto base da minuta, encaminhar todos os conselheiros, a coordenação da DEPEN (Coordenação de Políticas para Mulheres e Promoção das Diversidades), ao COPEIJ com prazo de 5 dias para contribuições, submissão à análise jurídica e avaliação na reunião da CDHAP em abril e submissão a plenária. A conselheira Lucimara questiona que esse tema foi levantado no Conanda com a presença do grupo gestor da política nacional de mulheres em privação de liberdade e houve também o habeas corpus que foi dado encaminhamento e ela questiona que o Conanda está fazendo parte desse grupo gestor, pois houve o acordo de participação e acompanhamento desse conselho, existe muitas crianças e adolescente morando em presídios. O professor Marquinhos esclarece que o conselho participou de uma reunião será enviado um ofício para consultar o PNAMP/MJ (Suzana) sobre as reuniões do grupo e as memórias, bem como verificar o andamento do processo de oficialização do Conanda (de forma permanente) no grupo.

2. Acompanhamento parlamentar: PLS 446/2013; 369/2016:

Continuando a relatoria a conselheira Jimena informa que entre as atribuições da comissão está o acompanhamento parlamentar como pauta de urgência sobre os PLs 446/2013 – adoção direta em situação de abandono e Pl 369/2016 – Adoção em intuito personae de crianças acima de 2 anos. Como deliberação para a plenária e tomando em conta a nota pública aprovada pelo Conanda na plenária anterior, a comissão avaliou as notas da SNDCA sobre os PLs citados acima como pertinentes e complementares ao posicionamento desse conselho e submete a aprovação da plenária da divulgação para o Congresso, Conselhos Estaduais, Fóruns, Rede de Adoção, CNJ, CNMP, OAB Nacional, CONDEGE e reforçando as suas conclusões que há concordância, manifesta-se pela retirada de pauta do Projeto de Lei do nº 446/2013 e 369/2016, tendo em vista que não propõe disposições que mereçam prosperar e que os PLs seja enviado ao Conselho Nacional de Justiça para manifestação. Como encaminhamento o Conanda enviara um ofício de divulgação das Notas Técnicas reafirmando o posicionamento e reforçando sobre o aspecto mais amplo do direito à convivência familiar e comunitária

O presidente do Conanda menciona a reunião marcada com o Ministro Gustavo do Vale Rocha para amanhã e será indicado dois conselheiros e dois representantes do Fórum Nacional para a mesma e cita a necessidade de reforçar a urgência da contratação dos servidores que estão aguardando nomeação, no caso o Hélio e Zuleica, a vice presidente reforça especialmente para que tenham um acompanhamento mais assíduo das emendas parlamentares.

3. Nota pública sobre a garantia dos DCA em situação de intervenção militar na Segurança Pública.

A conselheira Jimena dando continuidade a relatoria lembra que quando houve a intervenção no Rio de Janeiro o Conanda enviou uma nota para a imprensa, porém a comissão analisou e concluiu que se deve aprofundar mais nessa nota, não existe um texto pronto caso aprove será trabalhando o teor da nota. O conselheiro Romero expressa que terá que resolver se fara ou não a nota o conselheiro Danyel acha muito importante que faça e relata que o Ministro tem grande preocupação e por esse motivo foi criado o observa-rio. O conselheiro Renato demonstra indignação por estarem acabando com a democracia e que o Conanda tem que se posicionar. A vice- presidente do Conanda Sr.^a Berenice diz que o problema da segurança pública e antigo e o caso não e intervenção militar e sim intervenção Federal. A conselheira Regina que reside no Rio de Janeiro relata que a situação e grave e que lá está um caos e pede esclarecimento de quais recursos será encaminhado para o Estado. Conselheiro Romero solicita que seja encaminhando solicitação de informações ao Governo Federal sobre o planejamento dessa intervenção, que seja solicitado a participação no observa-rio.

O presidente do conselho consulta a plenário se há concordância para a solicitação de participação no observa-rio que e aprovado.

A conselheira Jimena esclarece que todas as informações debatidas serão aproveitadas para formalizar o documento.

4. Calendário sobre os TIC's – Tecnologia de informação e comunicação (proteção de dados na internet, programas policiaiscos, classificação indicativa).

Esse assunto está pendente e será necessário elaborar um calendário para tratar esse tema ainda esse ano, os conselheiros tiverem algum questionamento enviem à comissão para que possamos fazer intervenção junto a mesa diretora, até a próxima reunião para aprovação.

5. Julgamento do STF sobre retificação de nome e gênero no registro civil de pessoas trans.

A comissão deu encaminhamento que não irá se pronunciar agora, somente após a publicação do Acórdão iram se manifestar publicamente.

6. Nota sobre situação de violência no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará encaminhou uma nota sobre a situação da violência e a comissão valida a importância e relevância do tema e aponta a necessidade de ampliação dessa realidade para outros Estados brasileiros que identificam as mesmas violações, a comissão sugere o envio dessa demanda para o GT de letalidade da juventude negra para a elaboração de documento amplo sobre o tema e poderá ser produzido um produto desse GT pôs lá tem insumos para o mesmo, com a concordância de todos fica aprovado o encaminhamento.

7. Elaboração de nota sobre gravidez na adolescência e casamento infantil.

A comissão estará elaborando uma nota com a perspectiva de socializar os tramites com os conselheiros, então esses últimos temas serão trabalhados durante o próximo mês. O conselheiro Vitor ira encaminhar documento a respeito da gravidez na adolescência para comissão (CDHAP).

O presidente do Conanda faz menção da presença da coordenação do Fórum DCA com o irmão Vicente.

3. Apresentação da Pós-graduação da Escola Nacional de Socioeducação – Professor Bernardo (Universidade de Brasília).

O presidente do Conanda pede que todos recebam o professor Bernardo kipnis da Universidade de Brasília com palmas. Com a fala o professor Bernardo inicia sua apresentação agradecendo a oportunidade do espaço para a apresentação sobre o curso de Especialização em Políticas Públicas e Socioeducação,

ele explica que esse curso está sendo desenvolvido pela escola nacional de socioeducação e a Universidade de Brasília, o curso já está em andamento. Ele esclarece que a escola nacional de socioeducação foi criada em 2014, com uma resolução da então SNDCA como uma instituição que pudesse articular uma política de formação e sustentação do SINASE naquele momento e a UNB entrou como parceira. Esse curso fora dessa parceria não faria sentido ele só ganha força por estar dentro desse conceito. E um curso regular com carga horária de 360 horas no período de março/2017 à fevereiro/2018, e um curso a distância com uso da tecnologia. Os pré-requisitos para seleção são: Portador de diploma de nível superior, atuar em uma das modalidades de atendimento socioeducativo – SINASE, com comprovante de vinculação profissional com o sistema. A programação do curso é dividida em eixos e cada eixo em módulos sendo: Eixo I de Gestão de Políticas Públicas em Socioeducação divididos nos módulos de Políticas públicas e direitos da criança e do adolescente e Gestão do sistema socioeducativo: Eixo II – Justiça e Direitos Humanos com os módulos: Fundamentos éticos do trabalho socioeducativo; Fundamentos legais e teóricos da justiça juvenil; Eixo III – O processo e o atendimento Socioeducativo com os módulos, Redes de proteção ao adolescente em conflito com a lei; Pedagogia socioeducativa Eixo IV – Metodologias de Pesquisa e intervenção com o módulo Metodologias de pesquisa e intervenção. O professor Bernardo afirma que vê o Conanda como um parceiro estratégico e fundamental porque mais adiante a sustentabilidade dessa escola irá ser colocada e esclarece que esse curso é parte de um primeiro financiamento do fundo e que estão em negociação com PNUD com recursos para os próximos 18 meses, está prevista uma nova oferta com um impacto maior e com a ideia de expandir essa ideia de escola. Com previsão da construção da Escola Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes com isso cobrindo outras áreas não somente a socioeducação com essa ideia de escola nacional, o professor agradece a oportunidade e se disponibiliza para maiores informações. A conselheira Glicia parabeniza pela iniciativa e diz que quando começou a discussão sobre fortalecimentos das escolas de conselhos foi para que de fato as universidades assumissem essa formação, o conselheiro Edmundo relata que quando recebeu a proposta na COF não deu muito crédito e está muito impressionado com o resultado. A conselheira Lucimara relata que a apresentação foi muito esclarecedora. O professor Bernardo relata que os conteúdos do curso foram construídos em uma chamada pública para autores para escolha de quem tinha o perfil para cada temática e que tem um caminho grande para percorrer e se coloca à disposição e posteriormente trará um relatório de como finalizou o curso.

A secretária Berenice, vice presidente do Conanda menciona a criação do Ministério de Segurança Pública e a votação do projeto de lei sobre sistema único de segurança pública, o projeto designado pelo governo só menciona a segurança pública em si, porém o deputado relator designado para fazer o relatório em plenário com regime de urgência fez um substitutivo onde inclui variadas questões do SINASE na segurança pública. O FONACRIAD resolveu fazer uma nota contra essa alteração e ela propõem que o CONANDA faça o mesmo, pois a situação é desesperadora. A conselheira Glicia que terá que ir além de uma nota é necessário fazer uma incidência pessoalmente, pois somente a nota não resolve. O presidente

do Conanda esclarece que a nota técnica está sendo produzida e só após finalizada poderá elaborar a nota pública, ele sugere que finalize a nota técnica e determina um conselheiro para elaborar a nota pública até o fim do dia para apreciação na assembleia de amanhã e após designa alguns conselheiros para ir ao Congresso. Fica deliberado dessa forma e aprovado.

22/03/2018 - Segundo dia da 270ª Assembleia Ordinária

O presidente do Conanda professor Marquinhos faz abertura do segundo dia de assembleia, informando a pauta e a mesma não terá alterações.

Informes: O presidente relata que a reunião com o Ministro ocorrera nesse momento, a secretária Berenice irá representar o Conanda e a SNDCA juntamente com o representante do Fórum DCA o irmão Vicente e Sandra, os conselheiros Jimena e Edmundo. No período da tarde os conselheiros da CDHAP, Romero, Glicia e Jimena irão ao congresso fazer a incidência referente ao projeto de lei que sistema único de segurança pública com SINASE.

Ele faz uma saudação pelo falecimento da irmã Maria do Rosário Leite Sintra, fundadora da Pastoral do Menor, mobilizadora na criação do Estatuto da Criança e Adolescente e defensora dos Direitos Humanos.

1. Continuação dos Relatos das comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas /CPP.

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**

Relatoria: **Maria Yvelonia**

1. Situação das crianças e adolescentes em situação de acolhimento

A conselheira Deusinea inicia a relatoria explicando que devido a compromissos a consultora Maria Ivelonia não pode estar presente e solicitou que ela fizesse a relatoria, conselheira Catarina auxiliando informa que a primeira pauta e em relação Situação das crianças e adolescentes indígenas em situação de acolhimento em Mato Grosso do Sul foi uma pauta tratada com a CDHAP, a conselheira Glicia relata que essa pauta chegou recentemente através relatos apresentados pela Srª Rute da FUNAI e que referente a esse caso e existe denuncia a nível internacional e solicita a secretária executiva resgatar relatos anteriores desse mesmo caso. Catarina retoma a relatoria e explica que terão que trabalhar muito a convivência familiar e comunitária pois não há respeito com a cultura indígena e retiram a criança da sua família por não ter cama na casa.

A conselheira Deusinea prossegue com os encaminhamentos:

Revisitar a carta do encontro de Campo Grande 2005 (Encontro do Conanda); Revisitar carta de Cuiabá (sobre convivência indígena); Revisitar relato da assembleia de 2015 sobre a pauta indígena no Conanda; Agendamento do Conanda com CNJ, CNMP, Conselho Federal da OAB (agendamento com o presidente da OAB) e CONDEGE para apresentação das denúncias, com pedido para quebra dos sigilos dos processos; Ofício do Conanda ao MDS para saber sobre a disseminação da publicação do Trabalho Social

com famílias indígenas; Reiterar o ofício do Conanda para o CEDCA e para os CMDCA de MS sobre a situação; GT da FUNAI para discutir as questões das C/A. Identificando a melhor forma de encaminhamento; Repensar a comissão Intersetorial do Plano CFC (ataques à convivência familiar e tradicional) com foco nas questões indígenas; Discutir o fluxo de atendimento nos territórios (especialmente em dourados) envolvendo FUNAI, Sistema de Justiça, Políticas Sociais, Sociedade Civil, Conselhos Tutelares, Reunião com MDS sobre a questão dos acolhimentos e trabalho social com famílias indígenas em situação de violência; Capacitação: matriz curricular e capacitação da rede de atendimento realizada em 2015 por um edital do CONANDA; Envio de um ofício com anexo o relatório da FUNAI para os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas (CNAS, CEDCAS, CMDCA, CNS, CNE) fazendo referência as violações de direitos; Encaminhamento do relatório para Dra. Deborah Duprat no MPF; Sugerir incluir nas pautas da CMF para inclusão na matriz curricular das escolas de conselho; Solicitar informações a CGProtecao quais foram os encaminhamentos dados após o seminário em 2017. Enviar para a FUNAI os encaminhamentos da plenária do Conanda; Pedir para a FUNAI incluir no relatório os dados de Crianças e Adolescentes com deficiência.

2. Minuta do Decreto sobre a Lei 13.431/2017.

A conselheira Deusinea relata que foi apresentado na comissão a minuta do decreto lei 13.431/2017, a conselheira Iolete esclarece que não foi possível trabalhar todo texto, houve participação da comissão intersectorial e da ASPI e foi concluído que será necessário mais tempo para essa avaliação, ficou acordado que os conselheiros enviem suas contribuições no prazo de 10 dias para avaliação da comissão e elabore uma proposta para ser apresentada posteriormente a todos os conselheiros. Como encaminhamento ficou acordado que seja encaminhado no dia 23/03 solicitando retorno até o dia 02 de abril. Enviar para conselheiros e convidados, dos dias 08 a 15 para Catarina trabalhar o texto para encaminhamento a CPP, Convidar novamente o mesmo grupo para discussões.

3. Reunião com o Conselheiro do CNE para tratar da reforma do Ensino Médio.

A conselheira Catarina menciona que essa demanda sobre reforma do ensino médio vem sendo pautado desde o ano passado e hoje à tarde será realizado uma reunião a qual ela irá participar e depois repassar um relato para os membros da CPP

4. Participação no Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância.

A conselheira Deusinea relata que deverá ser deliberado nessa assembleia um posicionamento sobre a participação ou não desse conselho no Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para Primeira Infância, o presidente do Conanda afirma que já está claro para todos que não há divergência nesse ponto, tanto por membros representantes do Governo quanto da Sociedade Civil e que é necessário um acordo e sugere que façam duas inscrições para defender a participação e duas para a não participação. Pois a mesa quer

fazer uma proposta de encaminhamento para esse tema, e verifica se há concordância com esse encaminhamento, a conselheira Deusinea questiona que o representante do MDS não está presente e que seria de grande importância a presença do Ministério pois eles estão na frente do comitê, porém a conselheira Catarina esclarece que esse encaminhamento foi deliberado na reunião da CPP com a presença do representante do MDS. O presidente do Conanda esclarece que já sabe que existem divergências profundas e que após as defesas a mesa vai procurar um encaminhamento que atenda os favoráveis e contrários e como o plenário é soberano e pode surgir outra proposta e se não der certo abre outra rodada. O conselheiro Renato esclarece que a CPP é contra a participação. O presidente abre as inscrições dos conselheiros que são favoráveis a participação: Lucimara somente e contra a participação se inscreve o conselheiro Romero e Glicia. O presidente alerta que o encaminhamento da mesa caiu por ter apenas um candidato para defesa e propõem dobrar o tempo da defesa para ficar igual e todos concordam.

O conselheiro Romero inicia relatando que não é necessário fazer o resgate histórico do que representa a instituição do Criança Feliz e que ele não respeita a instância do espaço de deliberação da política da criança e adolescente, pois desde o início o Conanda não participou de qualquer processo ou foi respeitado no espaço do que representado a política para primeira infância, nem para primeira infância e uma invenção de Gabinete para reinaugurar o primeiro damismo no Brasil, ele prefere não entrar nesse ponto e sim trazer o posicionamento de outros colegiados nacionais. Primeiro a conferência nacional de assistência social que delibera pela retirada do programa Criança Feliz do SUAS, segundo a forma como esse conselho foi provocado para inserir essa temática para pauta pelo Conselho Nacional de Saúde que foi convidado para participar do comitê e lá descobriu que o Conanda não teria sido convocado e impôs que só tiraria alguma posição após o Conanda do seu posicionamento, ele menciona que esse plenário deve respeitar um debate que foi formulado na CPP e que decide pelo não posicionamento da NÃO entrada nesse comitê e que não há mais porque discutir.

A conselheira Lucimara relata que a lei 13257/2016 que fez as alterações e criou a política da primeira infância entalça no artigo 1º princípio e diretrizes para formulação de políticas públicas para primeira infância em atenção à especificidade e relevância dos primeiros anos de vida e no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, o decreto presidencial de 7 de março de 2017 cria o comitê Intersetorial de políticas públicas para primeira infância no qual já foram empossados em 13/06/2017 o Conanda, Conselho Nacional de Saúde, CNAS, Conselho Nacional de Educação e o então Instituto Comitê de Políticas Culturais. O CNAS ?? (50:50) não aprovou o programa Criança Feliz, ainda será discutido, ele aprovou a resolução 07/2017 a inclusão dessa política nacional de primeira infância no SUAS elencando uma série de diretrizes e orientações para o sistema único de assistência social e ela reforça se o Conanda acompanha as políticas públicas e necessário e defendemos a permanência nesse comitê, mesmo que seja para dizer NÃO e ficar registrado. Ela afirma que se estão defendendo a concessão de direitos o ECA e essa política da primeira infância foi pautada segundo as discussões do plano nacional da primeira infância, a permanência dentro desse comitê Intersetorial que apesar de ter ocorrido apenas uma única reunião que foi a posse o MDS cria a secretaria nacional de

desenvolvimento humano onde está o programa criança feliz. O programa criança feliz é uma coisa e a política para primeira infância é outra e na conferência foi votado que esse programa não seria apoiado e não está sendo e o CNAS ainda vai analisar o mesmo e a confusão que está ocorrendo e com a resolução da política nacional da primeira infância incluída no SUAS. E a permanência do Conanda até menos para chamar atenção tem que ser feita com a discussão dos seus atores sociais, o encaminhamento e que o Conanda permaneça.

Conselheira Glicia inicia perguntando se esse comitê já existia e se o Conanda já está participando? Quem representava o Conanda? Respondem que era Catarina e Vitor, ela diz ser mais grave a situação pois se a Catarina já estava nele e sendo o mesmo comitê e ela tem o entendimento de que não devemos continuar participar desse novo comitê. Professor Marquinhos explica que esse comitê não era instituído oficialmente que não é como hoje que temos já as representações externas, houve apenas duas reuniões sendo a primeira de posse e a outra para tratar do regimento interno que como é de costume os órgãos enviar as agendas muito próximo dos eventos e não haver prazo para compra das passagens, que inclusive foi o ocorrido nesse caso. Um não houve tempo para emissão das passagens e na outra já tinha compromisso agendado. Retorna a fala a conselheira Glicia, ela solicita para resgatar a discussão anterior com relação ao plano da primeira infância, quando tomamos conhecimentos o Conanda não estava participando e depois de algum questionamento esse plano foi apresentado já pronto, então chamam o Conanda quando convém e precisam no nome do Conanda para legitimar alguns programas, o MDS teria que está presente trazendo clareza em relação a essa discussão que são o posicionamento dos conselheiros Lucimara e Romero, está obscuro e isso o Conanda não deve participar, e ela solicita vista do processo por ser um direito como conselheira.

A conselheira Lucimara reafirma a importância do Conanda está nos espaços de discussão de políticas públicas apesar de ser obscuro, ela crê que o posicionamento e entender que o programa criança feliz é uma coisa e política de primeira infância é outra, são extremos de divergentes e pautando justamente o atendimento dessas crianças de 0 a 6 anos como o serviço ofertados no sistema de garantia de direitos. Então o posicionamento é que leia e reveja a lei 13257/2016 e para entender o que ela propõe que o foi alterado e a resolução 07/2017 também para ver o que foi mudado e sugere que convoque o CNAS para explicar como está a situação de discussão da política nacional da primeira infância.

Conselheira Glicia pede ordem e diz que pelo regimento interno permite isso teria que de imediato ser suspenso.

O presidente do Conanda o professor Marquinhos diz que Lucimara está dentro do tempo dela. Ele afirma que como Glicia pediu vistas o tema não será votado e se faz necessário um consenso para como agir na próxima assembleia e irá apresentar três alternativas:

1. Pegar o posicionamento da conferência do CNAS e deliberação do conselho sobre não participarem do programa criança feliz e sim do comitê intersetorial. (Solicitar o documento)
2. Convidar quase que convocando um representante do CNAS para tratar esse tema e com um representante da Saúde também.

A Conselheira Glicia pede ordem, ela afirma que o conselho costuma não transformar em processo algumas deliberações, que pedir vista tira de pauta e assunto mesmo que venha na próxima plenária esses itens enumerados acima isso não quer dizer que será votado e que ela será obrigada a baixar em diligência caso não seja convencida e pedir parecer até o fim do mandato em dezembro dela. Caso venham esclarecer ela suspende o prazo regimental.

O presidente do Conanda o professor Marquinhos afirma que de acordo com regimento uma vez pedido vistas o presidente diz qual é o prazo para resolver o tema e a solução favorável ou contrário e o parecer final de quem pediu vistas seja e antes da assembleia seguinte, como existe dificuldade de tempo entre nós.

A Conselheira Glicia afirma que o pedido dela está sendo prejudicado pelos encaminhamentos e o Professor Marquinhos esclarece que na próxima assembleia o conselho entender que não será votado e deixando para a próxima e isso que será feito.

A Conselheira Glicia diz que a prerrogativa é dela e ela pode retirar o pedido diante do encaminhamento de está fazendo pois ela iria baixar em diligência e fazer exatamente o que estão resolvendo e assim o pedido dela fica prejudicado devido ao prazo. Ela retira o pedido de vista.

Conselheiro Romero diz que diante da retirada do pedido de vista ele tem mais uma proposta que é a votação do Conanda não participar do comitê e solicita apreciação da plenária o conselheiro Renato diz se preocupar com essa intervenção que é oportuna pois a CPP já tem o posicionamento claro de não participar e fica a dúvida se estamos preparados para votar sem ouvir o outro lado, propõem recuar, ele retira a fala pois foi interrompido. Romero diz se impressionar com a impasse da sociedade civil interromper a fala de outro colega e não ver o governo se posicionar politicamente.

A Conselheira Catarina relata que desde o mês passado foi resolvido pela comissão não participar do comitê isso a sociedade civil e quando ela trouxe esse tema para CPP ontem e questionaram pôquer trouxe o assunto novamente, ela falou da necessidade de oficializar a decisão pois já havia decidido. E não entende o porquê da mudança apesar do ministro dizer que irá fortalecer o programa.

O presidente do Conanda o professor Marquinhos esclarece que entre tantas representações externas houve conversa entre a sociedade civil de não participar isso não foi decisão do conselho, pediu ajuda do governo para retirar e não enviou essa representação e houve essa demanda no mês passado.

A Conselheira Mariana pede esclarecimento o termo desse posicionamento, se é uma negativa de participação permanente ou se haverá mudança após mudança do governo e Catarina responde que será somente até o final dessa gestão.

O presidente do Conanda o professor Marquinhos afirma que após o pedido de vista retirado pela Glicia poderá prosseguir com a votação ou algum conselheiro gostaria de pedir vista, não tendo segue a votação:

Os conselheiros que votam a favor do Conanda participar o comitê intersetorial da primeira infância: Os que são favoráveis: 2 e os que são contrários: 10, Abstenções: 3

Esta deliberado que não haverá participação desse conselho.

b. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

1. Coleta de dados nos Conselhos Estaduais sobre o Sistema de Informação para Infância e Adolescente - SIPIA CT.

A conselheira Roberta dá início a relatoria da Comissão com o ponto de pauta sobre a coleta de dados nos Conselhos Estaduais sobre o Sistema de Informação para Infância e Adolescente – SIPIA- CT, a comissão recebeu a coordenadora geral Anete Lemes da coordenação geral do Sistema de Garantia de Direitos, ela trouxe esclarecimentos e foi discutido a baixa adesão dos Estados tendo em vista que o prazo se encerra no dia 10/4 para encaminhar todos os relatórios a partir disso a comissão faz uma solicitação aos conselheiros que faça um mobilização dentro de seus Estados de quem está à frente do SIPIA para responder e agilizar a situação. Até o momento somente Paraná, Alagoas e Goiás responderam.

2. Atualização das informações referentes às Oficinas para Mobilização dos Comitês de Participação nos Estados.

Foi discutido internamente atualização das informações referentes às Oficinas para Mobilização dos Comitês de Participação nos Estados, a consultora Monique tem acompanhado e fez uma atualização dos dados.

3. Levantamento de proposta de como serão tratadas as publicações no Facebook do CONANDA.

Foi solicitado na assembleia passada da utilização do Facebook do Conanda para melhorar a comunicação do CPA, conselhos e demais público alvo, foi sugerido a criação de uma página ligado ao perfil do conselho e que os conselheiros não poderiam publicações, sendo que as postagens sejam realizadas pela consultora de comunicação da secretaria executiva do Conselho. O presidente do conselho consulta a plenária se estão de acordo com esse encaminhamento, todos então de acordo e está aprovado. A secretaria executiva do Conselho esclarece que já foi acordado com SNDCA que as publicações de demandas que são em parceria serão publicadas tanto da página do conselho quanto da da SNDCA e solicita aos conselheiros que façam divulgação.

4. Resolução do ID Conselhos.

Desde de novembro que foi encaminhado para sugestões e essa pauta está parada houve um acordo dentro da comissão que eles iram elaborar uma nota técnica compartilhada entre eles, iram discutir e na próxima assembleia será apresentado.

5. Caravanas.

A próxima caravana será em Campo Grade nos dias 3,4 e 5 de abril os conselheiros que estarão presentes são: Roberta, Regina e Anna Beatriz, solicitaram que a Flasco traga na próxima assembleia um relatório e como está a mobilização. Os conselheiros possam contribuir mobilizando seus contatos para divulgação.

6. CPA

Houve uma longa discussão no mês de fevereiro em relação ao CPA, se seria em março ou abril, houve a indicação da SNDCA, havia tempo hábil para a realização em março e com ocorrência de alguns tramites administrativo houve o impedimento a realização em março e a mesa diretora concluiu que e necessário uma posição concreta até 9/4 ou será necessário adiar novamente. A chefe de gabinete Maria Gutenara explica as dificuldades entorno da Carta Acordo que possibilitaria a presença do CPA no mês de Março, ela relata que o não passado o Conanda deliberou a ativação da carta acordo coma flasco para implementação da resolução 191 do CPA, a carta acordo faz parte de um projeto de cooperação internacional que existe com OEI, sendo ele dividido em algumas linhas orçamentarias que a flasco está dentro e tem limite de orçamento e sendo necessário uma revisão para liberar esses recursos. Revisão tanto da carta acordo quanto do Prodoc, essa revisão passa pela ABC (Agencia Brasileira de Cooperação) e ligada ao MRE, quando e encaminhado algo para revisão e colocado em uma fila burocrática e lá não se tem conhecimento da urgência ou prioridade, em conversa com OEI a SNDCA resolveu solicitar a revisão mandataria que alguns organismos faz. Como foi acordado com organismo e por essa revisão mandataria ser mais simples seria retirado limites de algumas linhas e jogaria para linha onde está a agencia Flasco. Tudo foi encaminhado e a assessoria jurídica não concordou pela questão da revisão mandataria, isso muito próximo a realização do CPA, mesmo com todas as providencias de local, autorizações dos adolescentes foi necessário cancelamento. Ficando acertado a tentativa de realização em abril dependendo dos acontecimentos dos próximos dias será verificado para que mês poderá ocorrer. Será tentado uma incidência da SNDCA e do Ministro para ativação da carta acordo. Finalizado a relatoria da CMF.

O conselheiro Renato menciona que está ocorrendo a plenária Nacional Quilombola nos dias de hoje e amanhã e ele parabeniza a SEPPIR e encaminha ao Conanda que solicite a SEPPIR um relatório de todos os debates e encaminhamentos para servir de subsidio no GT de povos e comunidades tradicionais.

O presidente do Conanda, professor Marquinhos faz relato algumas alterações na pauta para esse segundo período da assembleia e propõem que assim que o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz chegar ele possa fazer sua apresentação, todos de acordo fica aprovada as alterações.

2. Alteração do representante do GT de povos e comunidades tradicionais:

Devido a muitas atribuições como coordenador da comissão organizadora da conferência, o conselheiro Lacerda será substituído no GT de povos e comunidades tradicionais pela conselheira Regina, sem objeções está aprovada por unanimidade a substituição.

3. Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O presidente do Conanda, professor Marquinhos inicia a relatoria informando que o texto base após várias alterações e revisão está pronto dependendo somente da logomarca, e também a alteração que trata do calendário das conferências livres. O texto orientador foi trabalho pela comissão atendendo as contribuições recebidas foi possível aproveitar todas, principalmente a questão dos números de delegadas por número de seguimentos para fechar com o número já aprovado de 1027, a contribuição de todos foi fundamental principalmente do conselheiro Renato. Na questão de porcentagem para quantidade de vaga por segmento, algumas delegações ficavam em desvantagens em relação a outras e por isso foi decidido colocar não os números relativo e sim absoluto assim na soma bate fecha certinho, isso nas delegações por Estado. O presidente do Conanda faz leitura das alterações do texto do documento orientador que e aprovado pelos conselheiros. E aprovado também a e a resolução que trata da alteração do período de realização das conferências livres.

4. Reunião com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Sr. Engels Augusto Muniz.

O Sr. Engels Augusto Secretário executivo do Ministério dos Direitos Humanos cumprimenta a todos e diz ser uma grande satisfação participar dessa reunião e que sempre foi um desejo ter essa oportunidade, ele relata que recebeu os conselheiros Edmundo e Jimena pela manhã no gabinete e que já adiantaram algumas pautas e questões administrativa, políticas e algumas foi possível resolver de imediato e ele vem para se apresentar e esclarecer que o Ministro Gustavo do Vale Rocha e manter um diálogo permanente com todos os conselhos vinculado ao Ministério. Assim como os membros desse conselho foi recebido hoje de outros conselhos também já foram e isso não pode ser explorativo, as portas estão sempre abertas. O Ministro dos Direitos Humanos e responsável também pela sub chefia da SAJ (Secretaria de Assuntos Jurídicos) onde concentra as tramitações para assinatura do Presidente da República, esse posto tem facilitado várias tramitações para a pauta de direitos humanos como um todo, poderão estar no observaRio onde irão acompanhar de perto todas as ações lá no Rio de Janeiro com interlocução para todos os conselhos lá representado. Foi alcançado avanço na questão de Roraima, após a visita do Ministro foi liberado um credito extra para questão do acampamento. O trabalho para que as pautas avancem tem sido constante e a intenção dessa gestão e levar a pauta de Direitos Humanos ao local que merece estar que e de destaque. Ele destaca que a principal conquista até o momento foi a manutenção do Ministério, tem a palavra do Presidente que isso continuara e com desejo de ampliação em alguns pontos e estão na expectativa de agregar a Secretaria das Mulheres ao Ministério. Ele se apresenta e pede que todos possam se apresentar, e agradece a oportunidade. O presidente do Conselho professor

Marquinhos abre inscrições para perguntas, conselheira Deusineia propõem que se apresente e logo após abre as perguntas. Todos presentes se apresentam e começa os questionamentos. A conselheira Lucimara questiona qual sera o compromisso do MDH com as crianças de povos e comunidades tradicionais, conselheiro Renato questiona em relação a território e territorialidade, Iolete fala sobre proteção a criança em rico, Edmundo sobre ampliação de audiência de custodia E Jimena sobre o PL adoção. A conselheira Regina registrar a situação do RJ destacando as violações dos direitos das crianças e adolescentes, crianças sem escolas nessa altura do ano sem conseguir matricula, pede que o Conanda e os conselhos participem do ObservaRIO, e quais são as ações que estão ocorrendo. O conselheiro João questiona que tem dinheiro e não tem orçamento. A secretaria Berenice passa a informação que o Ministro Osmar Terra irá divulgar informações das ações do ObservaRio. O Secretario responde primeiramente que referente a audiência de custodia tem que ser avaliado pois isso e para crime não se deve igualar e dar margens para tirar o sinase da gente, pois já houve várias intervenções do Ministro para garantir que o Sinase continue aqui, pois não e pauta da segurança pública, existe uma grande preocupação referente ao estatuto da adoção tem que se manter tudo como está, parar o processo no congresso. Quanto ao RJ e uma grande preocupação do MDH, tem um representante lá, a intervenção e federal não militar a intervenção e gerencial. Ele afirma que a limitação orçamentaria e um problema do Brasil inteiro, querem trabalhar porem tem teto de gastos. O valor entra no orçamento e também no teto de gastos e não e possível garantir a mudança, irão tentar. Recomendações será tratado com muita cautela, ele agradece e diz que foi muito importante está nesse espaço, se coloca à disposição e pede um voto de confiança para trabalharem juntos.

5. Relato das comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

O conselheiro Edmundo inicia a relatoria informando que referente a nota publica que ficou acordado que a COF seria responsável, houve discursão na plenária anterior e devido a urgência ficou deliberado que a comissão e finalizasse e encaminhasse para os órgãos competentes, foi encaminhando para E-mail de todos e está no portal. A ideia da nota seria dar uma distensão juntos aos conselhos sobre o fundo Municipal que tem grande preocupação com a situação, a nota pede a suspensão do efeito da media, que não houvesse a execução imediata e isso foi alcançado, o efeito suspensivo foi concedido e as doações do fundo continuam. Está sendo proposto também uma alteração no artigo 260 do Estatuto da Criança e Adolescente que trata do fundo, essa proposta partiu do Estado do Paraná que além de também solicitar essa alteração está criando uma legislação própria assim como o Ceara, isso para não ficar dependendo dessa legislação federal.

O conselheiro Edmundo faz leitura da proposta de alteração do artigo 260, será enviado para que todos possam contribuir e posteriormente será encaminhado para o Ministério ou para algum parlamentar para colocar em votação no Congresso. Ele explica que as ações na COF iram continuar de acordo com

planejamento. Essa medida é o primeiro passo para implementar o fundo a fundo e também a questão do limite do teto orçamento. Fazer levantamento para avaliar a possibilidade da SNDCA contratar uma consultoria para trabalhar materiais relacionados aos Fundos, Mrosc e como por exemplo uma cartilha.

A conselheira Lucimara esclarece que as empresas que são doadoras de recursos para os Municípios questionam a dificuldade que tem enfrentado quando passam recursos pro FIA, são grandes empreendedoras como Camargo Correia, Friboi, Fribria, Furnas, entre outras, Ela pede como encaminhamento convidar essas empresas que já vem dialogando na Agenda de Convergência para mostrar o que vem enfrentando quando passa os recursos para o município. A conselheira Roberta esclarece que os conselhos municipais também estão perdidos quanto ao Mrosc, o conselheiro Edmundo diz acha valido o encontro com as empresas doadoras. Ficando encaminhado que todos mandem as contribuições para essa alteração e será apresentado na próxima assembleia.

6. Nota pública contra Projeto de Lei n 3.734/2012 – Relator Alberto Fraga – DEM/DF

O presidente do Conanda faz a leitura da nota publica contraria ao projeto de lei nº 3.734/2012, os conselheiros fazem contribuições. O conselheiro Edmundo afirma que essa nota é de grande importância, pois a SNDCA elabora essa nota e o gabinete do Ministro já estão trabalhando no projeto de lei e essa nota dá mais sustentação a essa incidência. A nota é aprovada por unanimidade, a vice presidente Sr^a Berenice informa que a FONACRIAD também está lançando uma nota e o Conselho Federal de Psicologia e COPEG estão trabalhando nessa demanda.

17h00: Encerramento da 270ª Assembleia Ordinária do Conanda.